



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
TERMO DE REFERÊNCIA**AQUISIÇÕES**
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO Nº 25389.000379/2021-12
1. DO OBJETO

- 1.1. Aquisição Materiais de Elétrica, bens moveis, bens imóveis, gases e óleo anti-corrosivo, por Pregão Eletrônico SRP. Conforme condições, quantidades, exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: Fundação Oswaldo Cruz – Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi – COGIC/RJ – UASG 254462

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	ABRAÇADEIRA EM NYLON COM DENTE INTERIOR (COLRING); CONFORME A NORMA (MIL-S-3-367), COR INCOLOR, APROXIMADAMENTE 3,5 X 140 MM, PACOTE COM 100 UNIDADE.	20796	pct	5
02	ABRAÇADEIRA EM NYLON COM DENTE INTERIOR (COLRING); CONFORME A NORMA (MIL-S-3-367), COR INCOLOR, APROXIMADAMENTE 4,6 X 280 MM, PACOTE COM 100 UND	20796	PCT	5
03	ADESIVO EPÓXI EM MASSA COMPATÍVEL LOCTITE DUREPOXI CX C/250 G	31003	CX	10
04	ADESIVO EPÓXI TRANSPARENTE SECAGEM LENTA USO PROFISSIONAL SECAGEM 60 MINUTOS , OBTÊM-SE A RESISTÊNCIA FINAL EM 24H , SUA COMPOSIÇÃO É DE RESINA EPÓXI E POLIAMINOAMIDAS COMPATÍVEL A MARCA ARALDITE - CX C/23 GR	31003	CX	20
05	ADESIVO EPÓXI TRANSPARENTE SECAGEM RÁPIDA USO PROFISSIONAL SECAGEM EM 10MINUTOS INDICADO PARA COLAR PEQUENAS SUPERFÍCIES -COMPATÍVEL A MARCA ARALDITE CX 23GR -	31003	CX	25
06	BATERIA SELADA RECARREGÁVEL CHUMBO ÁCIDO DE 12V/7AH - VRLA - (CHUMBO ÁCIDO REGULADA POR VÁLVULA), TERMINAL FASTON 187, DIMENSÕES 150 X 65 X 95 MM	335284	UNIDADE	200

	PARA UTILIZAÇÃO EM NOBREAK - COMPATÍVEL A MARCA UNICOBIA REF.UP1270E			
07	CHAPA DE AÇO INOX AISI 304 BITOLA USG 20 ESPESSURA 0,95 MM TAM. 2 X 1 M	150880	CHAP	5
08	CHAPA DE AÇO INOX AISI 304 BITOLA USG 24 ESPESSURA 0,64 MM TAM. 2 X 1 M	150880	CHAP	5
09	CHAPA DE ALUMÍNIO BITOLA BWG Nº18 ESPESSURA 1,21 MM TAM. 2 X 1 M	150880	CHAP	5
10	COMPRESSOR HERMÉTICO PARA REFRIGERAÇÃO 1 1/2HP, 208-230V, 60HZ, BAIXA PRESSÃO DE RETORNO MARCA EMBRACO MODELO NJ2212GK 208-230V, 60HZ	6335	UNIDADE	20
11	COMPRESSOR HERMÉTICO PARA REFRIGERAÇÃO 1 1/4 HP, 208-230V, 60HZ, BAIXA PRESSÃO DE RETORNO MARCA EMBRACO MODELO NJ2192GK 208-230V, 60HZ	6335	UNIDADE	10
12	COMPRESSOR HERMÉTICO PARA REFRIGERAÇÃO 3/4 HP, 127V, 60Hz, BAIXA PRESSÃO DE RETORNO (REFERÊNCIA EMBRACO MODELO NEK2168GK, 127V, 60Hz)	6335	UNIDADE	4
13	FILTRO SECADOR PARA REFRIGERAÇÃO COMPATÍVEL COM GASES HCFC/HFC, MEDIDAS 105 X 1/4", CONEXÃO COM SOLDA(REFERÊNCIA DANFOSS DML052S-023Z5037)	442025	PÇ	10
14	FIO PARALELO 2 X 2,5 MM2 - ROLO C/100M DA MARCA PRYSMAN / SYL / CORDEIRO / FICAP / INDUSCABOS / FICAP	41920	RL	2
15	FIO PARALELO DE 2 X 0,75 MM2 ROLO C/100M DA MARCA PRYSMAN / SYL / CORDEIRO / FICAP / INDUSCABOS / FICAP	41920	RL	2
16	FITA CREPE P/ PINTURA P/ PROTEÇÃO DE SUPERFÍCIES DURANTE O PROCESSO DE PINTURA, 19 MM X 50 M - COMPATÍVEL A 3M	350646	RL	50
17	FITA EM FILME DE POLIETILENO COM REFORÇO DE TECIDO LAMINADO DE ALGODÃO, TRAMA COM ADESIVO DE BORRACHA NATURAL E RESINA SINTÉTICA, NA COR PRETA, EM ROLO DE 48MM X 30M	31003	PÇ	40

	(LARGURA/COMPRIMENTO) – (REFERÊNCIA TEC-TAPE 717)			
18	FITA ISOLANTE 19MM X 20M ANTICHAMA, UTILIZADA PARA ISOLAÇÃO DE FIOS E CABOS ELÉTRICOS EM GERAL ATÉ 750 V, COBERTURA FINAL EM EMENDAS E TERMINAÇÕES, FORMANDO UMA CAPA PROTETORA ALTAMENTE RESISTENTE À ABRASÃO, ATUA COMO UMA CAMADA PROTETORA CONTRA RAIOS UV. CLASSE DE TEMPERATURA: 90°C, INDICADA PARA UTILIZAÇÃO EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO NORMATIZADAS PELA NBR 5410. APROVADA DE ACORDO COM OS REQUISITOS DA NRB 5037 (ABNT) E UL 510 COM SELO INMETRO	52140	UNIDADE	80
19	FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO 19 MM X 10 M UTILIZADA PARA ISOLAÇÃO DE FIOS E CABOS ELÉTRICOS EM GERAL ATÉ 750 V, COBERTURA FINAL EM EMENDAS E TERMINAÇÕES, FORMANDO UMA CAPA PROTETORA ALTAMENTE RESISTENTE À ABRASÃO, ATUA COMO UMA CAMADA PROTETORA CONTRA RAIOS UV. CLASSE DE TEMPERATURA: 90°C, INDICADA PARA UTILIZAÇÃO EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO NORMATIZADAS PELA NBR 5410. APROVADA DE ACORDO COM OS REQUISITOS DA NRB 5037 (ABNT) E UL 510 COM SELO INMETRO	52140	UNIDADE	15
20	GÁS REFRIGERANTE FREON 123 MARCA CHEMOURS (DUPONT) CILINDRO 45,4 KG	31372	CIL	2
21	GÁS REFRIGERANTE FREON 134 MARCA CHEMOURS (DUPONT) CILINDRO 13,6KG	31372	CIL	5
22	GÁS REFRIGERANTE FREON 22 MARCA CHEMOURS (DUPONT) CILINDRO 13,6 KG	31372	CIL	3
23	GÁS REFRIGERANTE FREON 404A MARCA CHEMOURS (DUPONT) CILINDRO 10,89 KG	31372	CIL	10
24	GÁS REFRIGERANTE FREON 407C MARCA CHEMOURS (DUPONT) CILINDRO 11,35 KG	31372	CIL	1
25	GÁS REFRIGERANTE FREON 95 (508B) MARCA CHEMOURS (DUPONT) CILINDRO 4,54 KG	31372	CIL	6
26	GÁS REFRIGERANTE FREON MP39 (401A) MARCA CHEMOURS (DUPONT) CILINDRO 13,62 KG	31372	CIL	2
27	GAXETA DE SILICONE P/AUTOCLAVE DE 1/2" X 7/16	150486	MT	10

28	JOELHO GALVANIZADO 90 GRAUS AE 1/2" DE ACORDO C/A NORMA ABNT NBR 6943	150291	PC	10
29	LÂMPADA 15V/150W DICRÓICA MARCAS NARVA/OSRAM/XELUX	33197	UNIDADE	5
30	LÂMPADA 21V/150W EKE MARCAS NARVA/OSRAM/XELUX	33197	UNIDADE	15
31	LÂMPADA GERMICIDA COM EMISSÃO DE RADIAÇÃO ULTRA VIOLETA DE ONDA CURTA COM PICO DE 253,7 NM (UV-C), POTÊNCIA 15 WATS, UVC=4,7 WATTS, VIDA ÚTIL=8000 HORAS, COMPRIMENTO TOTAL 450 MM, DIÂMETRO 26 MM, MODELO TUV G15T8 UV-C LONG LIFE (VIDA LONGA) 220 V - MARCA: PHILIPS / OSRAM.	323930	UNIDADE	70
32	LÂMPADA GERMICIDA COM EMISSÃO DE RADIAÇÃO ULTRA VIOLETA DE ONDA CURTA COM PICO DE 253,7 NM (UV-C), POTÊNCIA 30 WATS, UVC=11,2 WATTS, VIDA ÚTIL=8000 HORAS, COMPRIMENTO TOTAL 907 MM, DIÂMETRO 26 MM, MODELO TUV G30T8 UV-C LONG LIFE (VIDA LONGA) 220 V - MARCA: PHILIPS.	323930	UNIDADE	40
33	LÂMPADA HALOGENA JC 6V/20W MARCAS: NARVA / OSRAM / XELUX	113042	UNIDADE	20
34	LÂMPADA HALOGENA JC 6V/30W MARCAS: NARVA / OSRAM / XELUX	113042	UNIDADE	20
35	MOTOR VENTILADOR PARA REFRIGERAÇÃO 1/25HP, 110/220V, COM HÉLICE DE ALUMÍNIO E SUPORTE INFERIOR (REFERÊNCIA ELGIN MODELO MM/MC20AB)	150399	PC	15
36	OLEO ANTI-CORROSIVO E DESENGRIPANTE (TIPO WD 40) FR C/300 ML	349296	fr	15
37	PLUGUE (2P+T) - SAÍDA LATERAL 90° (CINZA) - PADRÃO BRASILEIRO - COM PRENSA CABO 20A/250V~ - SOBREPOR MARCAS: PIAL / FAME / PRIMER / SIEMENS / IRIEL OU COMPATÍVEL	151021	UNIDADE	10
38	REATOR ELETRÔNICO, PARA LUMINÁRIA DE 1 X 16 110/220V COM FIOS, TIPO ELETRONICO FULLRANGE (TENSÃO DE ALIMENTÇÃO DE 100 ATÉ 240V AUTOMATICO SEM ALTERAR O FLUXO LUMINOSO) PROTEÇÃO EM CASO DE	64831	UNIDADE	20

	LÂMPADA DESATIVADA , CARCAÇA METÁLICA COM AS NORMAS NBR14.417 E NBR14.418, DA ABNT , FATOR DE POTÊNCIA MAIOR OU IGUAL A 0,92; DISTORÇÃO HARMÔNICA TOTAL DE CORRENTE (THD) MENOR QUE 20%, MEDIA COM THD DA TENSÃO			
39	REBITE REPUXO DE ALUMÍNIO COM MANDRIL DE AÇO 4 X 14 MM - CX C/1.000 UN	236521	CX	2
40	SOLDA FOSCOPER 2 MM X 460MM	18287	PÇ	10
41	SOLDA TRIFLUXO 40 X 60 - 1,0 MM EM FIO A BASE DE ESTANHO PRODUZIDO COM METAIS PUROS E MAIS ALTA QUALIDADE COM TEOR DE ESTANHO, COMPATIVEL AS MARCAS CESBRA / COBIX - PÇ COM 500 GRAMAS	18287	PÇ	10
42	TUBO DE COBRE DE 5/16 P/ REFRIGERAÇÃO EMBALADO COM ROLO DE 3M C/ PROTETOR EM CADA PONTA DO TUBO	75450	RL	2
43	TUBO FLEXÍVEL PARA ISOLAMENTO TÉRMICO DE TUBO DE COBRE DE 1/2", EM ESPUMA ELASTOMÉRICA A BASE DE BORRACHA SINTÉTICA, COM ESTRUTURA MICROCELULAR, DIÂMETRO INTERNO DA ESPUMA DE 13 A 14,5MM, TEMPERATURA DE TRABALHO DE -50°C A 110°C, FATOR DE RESISTÊNCIA À DIFUSÃO DE VAPOR D'ÁGUA MAIOR OU IGUAL A 10.000, NA COR PRETA, COM 2 METROS DE COMPRIMENTO. (REFERÊNCIA AF/ARMAFLEX BR)	56880	PÇ	20
44	TUBO FLEXÍVEL PARA ISOLAMENTO TÉRMICO DE TUBO DE COBRE DE 3/8", EM ESPUMA ELASTOMÉRICA A BASE DE BORRACHA SINTÉTICA, COM ESTRUTURA MICROCELULAR, DIÂMETRO INTERNO DA ESPUMA DE 11 A 12,5MM, TEMPERATURA DE TRABALHO DE -50°C A 110°C, FATOR DE RESISTÊNCIA À DIFUSÃO DE VAPOR D'ÁGUA MAIOR OU IGUAL A 10.000, NA COR PRETA, COM 2 METROS DE COMPRIMENTO. (REFERÊNCIA AF/ARMAFLEX BR)	56880	PÇ	20

Órgão Participante: Marinha do Brasil – Escola Naval – UASG 762400

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
06	BATERIA SELADA RECARREGÁVEL CHUMBO ÁCIDO DE 12V/7AH - VRLA - (CHUMBO ÁCIDO REGULADA POR VÁLVULA), TERMINAL FASTON 187, DIMENSÕES 150 X 65 X 95 MM	335284	UNIDADE	50

	PARA UTILIZAÇÃO EM NOBREAK - COMPATÍVEL A MARCA UNICOBIA REF.UP1270E			
13	FILTRO SECADOR PARA REFRIGERAÇÃO COMPATÍVEL COM GASES HCFC/HFC, MEDIDAS 105 X 1/4", CONEXÃO COM SOLDA(REFERÊNCIA DANFOSS DML052S-023Z5037)	442025	PC	8
14	FIO PARALELO 2 X 2,5 MM2 - ROLO C/100M DA MARCA PRYSMAN / SYL / CORDEIRO / FICAP / INDUSCABOS / FICAP	41920	RL	1
16	FITA CREPE P/ PINTURA P/ PROTEÇÃO DE SUPERFÍCIES DURANTE O PROCESSO DE PINTURA, 19 MM X 50 M - COMPATÍVEL A 3M	350646	RL	20
18	FITA ISOLANTE 19MM X 20M ANTICHAMA, UTILIZADA PARA ISOLAÇÃO DE FIOS E CABOS ELÉTRICOS EM GERAL ATÉ 750 V, COBERTURA FINAL EM EMENDAS E TERMINAÇÕES, FORMANDO UMA CAPA PROTETORA ALTAMENTE RESISTENTE À ABRASÃO, ATUA COMO UMA CAMADA PROTETORA CONTRA RAIOS UV. CLASSE DE TEMPERATURA: 90°C, INDICADA PARA UTILIZAÇÃO EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO NORMATIZADAS PELA NBR 5410. APROVADA DE ACORDO COM OS REQUISITOS DA NRB 5037 (ABNT) E UL 510 COM SELO INMETRO	52140	UNIDADE	25
21	GÁS REFRIGERANTE FREON 134 MARCA CHEMOURS (DUPONT) CILINDRO 13,6KG	31372	CIL	4
22	GÁS REFRIGERANTE FREON 22 MARCA CHEMOURS (DUPONT) CILINDRO 13,6 KG	31372	CIL	4
23	GÁS REFRIGERANTE FREON 404A MARCA CHEMOURS (DUPONT) CILINDRO 10,89 KG	31372	CIL	4
24	GÁS REFRIGERANTE FREON 407C MARCA CHEMOURS (DUPONT) CILINDRO 11,35 KG	31372	CIL	2

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da nota de empenho prorrogável na forma do art. 57,§ 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.4. Não se enquadra em legislação específica e margem de preferência conforme Lei 10.540 no artigo primeiro.

1.5. Qualquer divergência entre as especificações dos materiais no COMPRASNET/SIASG/CATMAT e o Termo de Referência, prevalecerá as especificações constantes do Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Este documento tem por objetivo concretizar os estudos técnicos preliminares visando subsidiar a aquisição de materiais de manutenção para Departamento de Manutenção de Equipamentos - DEMAQ em atender as demandas da Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi - COGIC e demais participantes conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente Estudo Técnico Preliminar - ETP. A área de manutenção de equipamentos é voltada para manutenção e qualificação de equipamentos hospitalares e laboratoriais da Fiocruz sendo

responsável pela conservação do parque de equipamentos em condições ideais de uso, com confiabilidade dos resultados, de acordo com as normas, padrões e procedimentos estabelecidos, a fim de garantir a qualidade, produtividade e eficiência das atividades desenvolvidas. Em média a área de manutenção de equipamentos executa anualmente 3.150 intervenções de manutenção corretiva, 3.800 de manutenção preventiva, 1.550 de manutenção preditiva, 917 qualificações de equipamentos e 9.100 cadastros. Diante do exposto acima, a presente necessidade tem por finalidade atender as intervenções acima, com um estoque mínimo de itens de peças de reposição e para manutenção dos equipamentos científicos e laboratoriais para atender as demandas das Unidades da Fiocruz. O atendimento às necessidades das unidades da FIOCRUZ, no que se refere à continuidade e melhoria dos serviços prestados pela COGIC, adicionando confiabilidade e agilidade. Materiais esses importantes, sobressalentes para reposição em equipamento e instalações elétricas nos diversos Departamentos e Laboratórios da Fiocruz com rotatividade e visto que se encontram com estoques muito baixo e outros zerados para a continuação dos serviços.

2.2. A melhor forma de adquirir os produtos, através do sistema de registro de preços, visto não ter a exata quantidade de aquisição, ter o período de 12 (doze) meses para adquiri-lo, garantindo assim a eficácia e eficiência dos serviços e garantindo assim a celeridade e economicidade nos procedimentos de compras. A fundamentação legal para a presente contratação seria o Artigo 3º, incisos I do Decreto nº7.892/2013.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. O objetivo do presente Pregão Eletrônico é de natureza comum, ou seja, atende aos padrões desempenho e objetividade com especificação usual no mercado, nos termos da Lei nº 10.520/02.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, por se tratar de materiais específicos e substituições de peças sobressalentes e qualificação de equipamentos hospitalares e laboratoriais da Fiocruz sendo responsável pela conservação do parque de equipamentos em condições ideais de uso, com confiabilidade dos resultados, de acordo com as normas, padrões e procedimentos estabelecidos, a fim de garantir a qualidade, produtividade e eficiência das atividades desenvolvidas.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos, contados do pedido da Contratante, em remessa única a cada solicitação, no seguinte endereço: SEGEM- serviço de gestão de materiais na COGIC, no pátio da Sede da Coordenação –Geral de infraestrutura dos Campis /COGIC, sito à Av. Brasil, 4365 – Manguinhos – RJ, de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min. E-mail:segem.cogic@fiocruz.br"

6.1.1. Marinha do Brasil – Escola Naval- A Entrega dos materiais deverá ser realizada nos dias úteis das 09:00horas as 15:30 horas, na Escola Naval situada na Av. Sylvio de Noronha s/n. – Ilha de Villegagnon- Castelo- Rio de Janeiro – RJ.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de cinco (5) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de cinco (5) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de cinco (5) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do atesto das notas fiscais ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------	--

365

13. DO REAJUSTE

- 13.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. Por se tratar de Registro de preço e devido ao valor unitário contratado e o tipo de objeto não ser de grande complexidade técnica, entendemos não haver necessidade de garantia a execução.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 15.1.6. E demais sanções constam no Edital conforme item 21.

- 15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 15.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2. Multa moratória de 0,3% (zero ponto três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 33 (trinta e três) dias;
- 15.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 15.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 15.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 8.1 deste Termo de Referência.
- 15.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

- 15.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

- 15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 15.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

- 15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

- 15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- 15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

- 15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

- 15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

- 15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

16.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 319.635,00 (Trezentos e dezenove mil, seiscentos e trinta e cinco reais).

17. **DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS.**

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi – COGIC/ FIOCRUZ

Fonte de Recurso: 0615100012

Programa de Trabalho: 10122211520000033

Elemento de Despesas:339030

Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 2021.

Motivado pela a necessidade de subsidiar a aquisição de materiais de Manutenção para o Departamento de Manutenção de Equipamentos -DEMEQ em atender as demandas da Fiocruz, conforme justificativa apresentada no item 2 deste documento, considerando ainda a existência de recurso orçamentário para fazer jus ao desembolso financeiro que sucederá a contratação, em consonância com o art. 14º, Inciso II, do Decreto nº 10.024/2019, aprovo o presente Termo de Referência.

Requisitante:

MARCELO DE FREITAS

Chefe do SEGEM- Serviço de Gestão de Materiais

Matrícula SIAPE: 0463901

HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA

Chefe do DGI – Departamento de Gestão Institucional

Matrícula SIAPE: 6465383

Autorizo.

Ana Beatriz Alves Cuzzatti

Coordenadora-Geral de Infraestrutura dos Campi

Fundação Oswaldo Cruz



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO DE FREITAS, Analista de Gestão em Saúde**, em 01/12/2021, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **HELIO COELHO SILVEIRA DA ROSA, Gestor(a) do Departamento de Gestão Institucional**, em 01/12/2021, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Sousa da Fonseca, Coordenadora Geral de Infra- Estrutura dos Campi, por Subdelegação.**, em 02/12/2021, às 08:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **1298599** e o código CRC **63E1EFF1**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras
Atualização: Junho/2021

Referência: Processo nº 25389.000379/2021-12

SEI nº 1298599